

O TRATO BRASILEIRO COM O DIFERENTE: A QUESTÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES DURANTE O ESTADO NOVO

THE BRAZILIAN DEAL WITH DIFFERENT: THE MATTER OF GERMAN IMMIGRANTS DURING THE ESTADO NOVO

Bibiana Werle*

Resumo: A Campanha de Nacionalização, projetada pelo governo Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), foi um dos momentos em que a contraposição entre “nós” e “eles” esteve presente na história do Brasil. Elaborada para construir uma versão da identidade nacional brasileira, as ações “nacionalizantes” reprimiram diversas representações étnicas e culturais que não se enquadravam no perfil do genuíno brasileiro, como escolas, bailes e igrejas onde se falava em idioma estrangeiro. No caso especificado neste artigo, os imigrantes alemães e seus descendentes, instituições germânicas foram fechadas, pessoas foram perseguidas e o idioma alemão foi proibido em função da ameaça que esse grupo representava à unidade nacional. As entrevistas obtidas através do método da história oral, que narram atualmente memórias de descendentes que vivenciaram este processo, são importante peça para compreender esta história num determinado povoado sul-rio-grandense. Junto às memórias, decretos-lei e documentos encontrados por moradores do município analisado possibilitam identificar espaços e manifestações culturais que sofreram interrupções pela Campanha.

Palavras-chave: Estado Novo; Identidade; Memória

Abstract: The Nationalization Campaign, designed by the Vargas government during the Estado Novo (1937-1945), was one of the moments in which the opposition between "us" and "them" was present in Brazil's history. Designed to build a version of the Brazilian national identity, the "nacionalizing" actions repressed diverse ethnic and cultural representations that did not fit the profile of the genuine Brazilian. In the case specified in this article, German immigrants and their descendants, German institutions were closed, people were persecuted and the German language was banned due to the threat this group posed to national unity. The narratives obtained through the method of oral history are an important part to understand this history in a particular sul-rio-grandense village.

Keywords: Estado Novo; Identity; Memory

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História do Tempo Presente, da UDESC. Graduada no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestra em História pela UFRGS. E-mail: bibiwerle@gmail.com.

Considerações iniciais

“A nação, usando uma série particular de símbolos, mascara a diferenciação dentro de si mesma, transformando a realidade da diferença na aparência de similaridade, permitindo assim às pessoas se revestirem da ‘comunidade’ com integridade ideológica” (GUIBERNAU, 1997, p. 92).

A questão tratada aqui faz parte de um histórico de opressão às diversas etnias integradoras do Estado Nacional brasileiro que, durante seu processo de formação e em diferentes formas de governo, apresentou um tratamento muitas vezes xenofóbico aos imigrantes que não se encaixavam num perfil de brasileiro compreendido como ideal pelo projeto político no poder. O período histórico analisado neste artigo, o Estado Novo (1937-1945), foi um desses momentos marcados pela não aceitação do diferente e que assumiu a responsabilidade de construir uma versão da identidade nacional brasileira.

Refletir sobre o passado que se refere à primeira ditadura do Brasil nos permite pensar no tempo presente, compreendendo que processos de exclusão ao “outro” são históricos. A Campanha de Nacionalização, como o próprio nome diz, foi um projeto varguista com vistas a unificar as partes da nação e, com o agravamento da entrada do Brasil na II Guerra Mundial em 1942, direcionou seu foco aos italianos, alemães e japoneses – principalmente nos três estados do sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Especificamos aqui o caso da proibição do idioma alemão e o desenvolvimento dessa repressão à fala, à escrita e às músicas no município de Estrela, no Rio Grande do Sul. Localizado na região do Vale do Taquari, no centro-leste do estado, o município é marcado pela imigração alemã por via das colônias particulares que se estabeleceram na região a partir de 1853 (AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 50-51).

Desenvolvimento, o “perigo alemão” – antecedentes.

A quantidade majoritária de imigrantes alemães no sul do Brasil fez a Campanha de Nacionalização (CN) do governo Getúlio Vargas atrair grande parte de seus esforços para os

estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. Apesar de atingir italianos, japoneses e alemães, os últimos foram o grupo étnico mais atingido, em razão da ideia de enquistamento provocada através das sociedades germânicas, da manutenção do idioma e dos casamentos intraétnicos estimulados pelo *Deutschtum*.

Traduzido em português para germanismo e significando a noção de etnicidade, o conceito de *Deutschtum* expressa “uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã” (GERTZ, 1991, p. 32). A ideologia do germanismo estabelece a nacionalidade dos descendentes de imigrantes alemães como “teuto-brasileiros”, de modo a combinar o nacionalismo alemão (fundamentado no *jus sanguinis*) com o brasileiro (baseado no *jus solis*). Assim, o germanismo envolve uma ideia de pluralismo étnico em que o grupo descendente mantém seus costumes, sua língua, não deixando de ser cidadão brasileiro. Não foi apenas durante o Estado Novo, entretanto, que o *Deutschtum* representou uma ameaça à unidade nacional brasileira. O “perigo alemão” era uma preocupação de longa data, pois logo no início do período Republicano se criticava a política imigratória imperial em função do “[...] isolamento e enquistamento dos colonos alemães resultantes do assentamento em colônias homogêneas” (SEYFERTH, 1994, p.13).

Apesar de parecer encaixarem-se num perfil de imigrante ideal, constituindo famílias camponesas europeias aptas a praticar uma agricultura de base familiar, os imigrantes alemães igualmente enquadravam-se nos grupos não assimiláveis que, para Sívio Romero – forte crítico do que considerava como “alemanismo” – faziam questão de não participar da vida pública brasileira (ROMERO, 1906, p. 36). Durante o século XX, alguns brasileiros acreditavam na “doutrina do branqueamento” que “baseava-se em doutrinas raciais deterministas com estatuto científico (darwinismo social), em voga na Europa e nos Estados Unidos, que apregoavam a superioridade das raças brancas” (WEBER, 1994, p. 107). A crença estava na ideia de que a miscigenação levaria ao desaparecimento das “raças inferiores”, e ao predomínio do elemento branco. Desde aí, a aversão dos alemães ao caldeamento se tornava uma questão relevante, tanto é que:

o primeiro congresso que reuniu tais especialistas [políticos, médicos, antropólogos e outros cientistas dedicados ao tema da eugenia] no Brasil realizou-se na década de 1920 e, significativamente, destacou a imigração como principal alvo de políticas públicas seletivas (SEYFERTH, 2008, p. 2).

A Campanha de Nacionalização, iniciada a partir do Decreto-Lei 383, de abril de 1938 de Getúlio Vargas, mas intensificada com o alinhamento brasileiro aos Aliados, em 1942, após o afundamento de navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, traduzia-se através da intervenção do Estado em associações e instituições recreativas e culturais estrangeiras, em escolas comunitárias, na imprensa estrangeira e inclusive reprimindo o uso cotidiano da língua e proibindo reuniões de grupos étnicos. Ocorrida durante a ditadura varguista, a CN tinha como objetivo a difusão de uma versão acerca da identidade nacional brasileira. Entre as ideias que orientaram as ações do Estado Novo para “nacionalizar” os brasileiros estava a de dissolver a possibilidade de formação de enquistamento étnico nas regiões de imigração, que eram marcadas por traços culturais característicos dos lugares de onde provinham os imigrantes.

A maneira autoritária como se efetivaram as ações “nacionalizantes” foi sentida de modo mais abrupto no Rio Grande do Sul. De acordo com os estudos de Valquíria E. Renk (2005) e Neide Almeida Fiori (2005), que pesquisaram a nacionalização do ensino nos estados do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente, a intervenção no ensino através de uma legislação que restringia as escolas étnicas desenvolveu-se desde o início do século XX nestes estados. No caso paranaense, leis e decretos estaduais estimularam uma educação que despertasse o patriotismo e que exigisse o ensino em vernáculo desde 1917 (como o Decreto estadual nº 17, de 1917, no qual o ensino deveria despertar o patriotismo; a Lei nº 2.005, de 1920, segundo a qual as escolas particulares estrangeiras eram obrigadas a ensinar em vernáculo; e o decreto estadual Lei nº 2.157, de 1922, que exigia o ensino em vernáculo) quando já constava o fechamento de quatro escolas estrangeiras. Quanto à anterioridade nas ações nacionalizantes, o estado catarinense não foi muito diferente pois, “[...] no decorrer da década de 1910, o estado de Santa Catarina já havia exercido liderança, no campo estadual e nacional, no que diz respeito à nacionalização do ensino” (FIORI, 2005, p. 107).

Há de se destacar, no entanto, o número expressivo de escolas fechadas em Santa Catarina no ano de 1938: quinhentas e cinco escolas primárias. Ao comparar os números lançados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 1941, Fiori apresenta um quadro no qual Paraná e Rio Grande do Sul possuem um número inferior ao do estado catarinense no que tange ao fechamento das escolas. Uma explicação para este cenário, segundo Fiori, está na razão de que o estado paranaense foi receptor de “um grupo bem aquinhoado [de imigrantes alemães] em termos de poder aquisitivo e teve um caráter acentuadamente urbano” (FIORI, 2005, p. 118). Já o estado gaúcho, que contava com

significativa proporção de imigrantes alemães, teve um número menor de escolas fechadas em virtude da articulada forma como as oposições político-partidárias se enfrentavam. As diversas facções políticas gaúchas permitiriam um jogo de forças que tivesse melhores condições para “frear” o ritmo das ações nacionalizadoras. Assim, as oposições políticas e econômicas catarinenses, resultantes de apenas dois polos bem marcados – os *Ramos* e os *Konder* – enfraquecia as lutas em torno das atitudes tomadas e fazem com que Fiori aponte o modelo como a CN se implantou em Santa Catarina como “[...] todo poderoso, sem precisar fazer composição de forças ou conviver com oposição” (FIORI, 2005, p. 119).

Podemos dizer que essa articulação de forças de oposição na política estadual sul-riograndense, porém, não foi benéfica e nem pacificadora quanto à instituição das medidas da CN no estado. Tal organização política resultou uma Campanha que se efetivou de maneira inesperada pela população de descendência alemã, e as narrativas que venho analisando são as melhores testemunhas deste fato, como veremos posteriormente. É importante ressaltar, entretanto, como afirma Lúcio Kreutz, que “[...] não se pode atribuir pura e simplesmente o fim da escola teuto-brasileira à Campanha de Nacionalização do Ensino” (KREUTZ, 2005, p. 85). A questão no Rio Grande do Sul foi que a CN precipitou tal processo, que vinha ocorrendo aos poucos.

A precipitação ocorrida através da CN também se verifica ao observarmos as relações existentes entre o governo estadual gaúcho, Flores da Cunha, no período de 1930 a 1937, com a população teuto-brasileira. Conforme analisa René Gertz (2006), o governante manteve boas relações com as populações de origem alemã e italiana no estado, o que não ocorria em Santa Catarina que, desde 1930, sofreu com as medidas drásticas da nacionalização. Situações como a decretação do dia vinte e cinco de julho como o “Dia do Colono”, em 1934, e o endosso de Flores da Cunha a políticos de descendência alemã a cargos políticos e a campanhas eleitorais demonstram, além da simpatia do governo estadual aos imigrantes, o porquê do estranhamento dos teuto-brasileiros com as atitudes tomadas inesperadamente pelos delegados municipais no início do Estado Novo, como afirma Gertz:

Isso fez com que a ‘nacionalização’ irrompesse, no Rio Grande do Sul, de forma abrupta após a implantação do Estado Novo, em especial com o início da interventoria do coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, cujas preocupações com aspectos ‘etnográfico-internacionalistas’ causaram estranheza até a políticos com ligações estreitas com Vargas (GERTZ, 2006, p. 77).

Após o 10 de novembro de 1937, quando decretado então o Estado Novo, a população imigrante do estado passou sofrer intensamente com perseguições, delações, readequação de escolas e fechamento de associações culturais e religiosas, além da proibição, neste caso, da fala em idioma alemão. Representada por autoridades como J. P. Coelho de Souza, secretário de educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de polícia estadual, a CN passou a efetivar-se em ação conjunta com delegados e subdelegados municipais, além da atuação dos “deutscher fresser”, conhecidos como os “comedores de alemães” pelos entrevistados nesta pesquisa para se referir aos os delatores a quem os teuto-brasileiros deveriam ficar atentos.

Desenvolvimento, quem e como somos

Ao nos debruçarmos sobre um tema que marca de forma tão evidente a contraposição entre o “nós” e o “eles” fica evidente a acepção colocada por Zygmunt Bauman de que a identidade só passa a ser questionável quando “posta em xeque”, quando reivindica um posicionamento. O sociólogo demonstra essa ideia quando rememora o dia em que teve que escolher, entre o hino da Grã-Bretanha ou da Polônia, qual iria tocar no momento da cerimônia que lhe concederia o título de doutor honoris causa. Este antigo costume de tocar o hino nacional daquele que recebe a honraria, na Universidade Charles de Praga, colocou em dúvida uma questão que até então não afluera em Bauman – um polonês impedido de lecionar em 1968 pelo Partido Comunista da Polônia e que, por isso, mudou-se para a Grã-Bretanha.

Qual hino escolher? Qual nacionalidade adotar? A possibilidade de escolha colocada a Bauman não foi uma alternativa dada aos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil estadonovista. Com certeza, porém, este foi um dos momentos em que a identidade foi colocada em xeque para estas pessoas que, até então, provavelmente não tinham parado para se preocupar com isso. O Estado impôs: “você é estrangeiro, você é alienígena (uma das formas como o imigrante e descendente era identificado pelos decretos-lei do Estado Novo), não é brasileiro, terá de se adequar, terá de ser misturar”. Para Bauman, a solução foi mais simples – ele escolheu o hino da Europa! Para os imigrantes, a identidade hifenizada, de “teuto-brasileiros”, ameaçava o tom de exclusividade necessário para a unidade nacional.

A identidade nacional [...] nunca foi como as outras identidades. Diferentemente delas, que não exigiam adesão inequívoca e fidelidade

exclusiva, a identidade nacional não reconhecia competidores, muito menos opositores. Cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças [...], a identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar as fronteiras entre ‘nós’ e ‘eles’ (BAUMAN, 2005, p. 28).

Quando trazemos essas interrogações para o presente, ao utilizarmos o método da história oral, também observamos surgir a dúvida nos entrevistados que, num primeiro momento, acham a resposta da pergunta: “você é brasileiro?” óbvia.

Ao narrar fatos do passado é importante ter em mente que o depoente o faz em relação ao presente, por isso que a ideia de traçar uma memória sobre a Campanha de Nacionalização requer considerar o que é falado justamente como uma narrativa, como uma representação do passado. Assim como em outros trabalhos que se utilizam deste método, não cabe avaliar se o relato está certo ou errado, bom ou ruim, mas sim ponderar sobre quem fala, de onde fala, quando fala, para quem fala e enxergar ali uma representação do passado. Como afirma Maria Paula Araújo:

Nos depoimentos não existe apenas uma relação entre memória e esquecimento, não se trata apenas de selecionar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, mas também como as coisas devem ser contadas ao entrevistador. Ou seja, a retórica é fundamental. (ARAÚJO, 2012, p. 19).

Se tratando de pessoas que tinham mais de oitenta anos no momento da entrevista (entre 2010 e 2011), as narrativas que compõem este artigo se tratam de memórias de criança e jovens que, durante a Campanha de Nacionalização, tinham entre onze e vinte e quatro anos em 1942 - ano da intensificação da repressão aos teuto-brasileiros. Quando se refere às memórias de criança, Halbwachs afirma que a sensação de preocupação que atitudes de adultos podem transmitir diante de determinados fatos, faz a criança saber que tal situação merece ser retida: “Se nos lembramos, é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele [o fato]. Mais tarde, compreenderemos melhor por quê.” (HALBWACHS, 2006, p.82). Podemos dizer, então, que os entrevistados se lembram de tais episódios porque se envolveram numa corrente mais ampla do pensamento coletivo, “num contexto de preocupações que devem ter surgido nele [neles] durante esse período” (HALBWACHS, 2006, p. 82).

Abaixo, segue um quadro demonstrativo listando os entrevistados, sua idade e ocupação no ano de 1942, (quadro 1):

Quadro 1: Relação dos entrevistados

Nome	Idade em 1942	Ocupação em 1942
Serenita Ruschel	24	Dona de casa
Sonha Emília Balensifer	22	Dona de casa
Eugênio Noll	20	Estudante e ajudante do pai em uma fábrica de café
Helga Maria Schnorr	17	Dona de casa
Gherta Agnischock Müller	16	Estudante
Silvino Birck	16	Estudante
Álvaro Romualdo Noschang	15	Seminarista – atualmente é padre
Antônio Vítor Bohn	14	Estudante e cozinheiro de um professor – atualmente é pastor
Hertha Regina Birck	13	Estudante e agregada em uma casa de descendentes alemães
Pedro Waldemiro Müller	13	Estudante
Eli Hart	11	Estudante

Fonte: Autora (2013)

Abordarei algumas considerações que vêm sendo obtidas através do cruzamento das narrativas. Selecionei dois eixos temáticos para uma breve apreciação: o eixo A, que trata da proibição do idioma em si e da convivência em instituições como as escolas e os bailes, e o eixo B, que se refere tanto à fala quanto ao silêncio das narrativas, além do sentimento deixado pela CN nas memórias dos entrevistados.

Eixo A – Proibição do idioma alemão e convivência nas igrejas, bailes e escolas

Durante a CN, uma das primeiras medidas adotadas pelos delegados municipais era a proibição do idioma alemão em si. Quando perguntados sobre como foi esta proibição, venho observando que os entrevistados mais idosos não estabelecem uma relação entre o contexto político nacional da época e a proibição em si. Enquanto que Ruschel (2010), com 24 anos em 1942, expressa: “[...] prendiam muito os que falavam alemão. Simplesmente não podia falar alemão, só português.”; Noll (2010) compreende a questão como um problema local do município de Estrela: “Ora, [...] a questão muito foi daqui da localidade, não era em toda parte [...]”; e Dona Balensifer (2010) lembra vagamente que foi na época de Getúlio Vargas que ocorreu a proibição. Já os outros entrevistados relacionam o contexto histórico da proibição

de acordo com o período político. A divulgação da proibição na cidade através de cartazes, é bem lembrada por Birck (2020) e Bohn (2010), que fala:

Essa proibição veio com cartazes pra tudo que é lado, quando o Brasil entrou em guerra [estava escrito nos cartazes:] ‘proibido falar em alemão, italiano e japonês’ [...] eram colados em toda parte porque era ditadura e ninguém podia protestar [Ver cartaz na figura 1].

Figura 1 - Cartaz colocado nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês



Fonte: Documento cedido por Flávio Jaeger, morador do município de Estrela

As narrativas que venho analisando encontram, em muitos casos, semelhanças com aquelas observadas por Fiori (2005) em Santa Catarina. As mesmas situações inusitadas descritas pelos relatos no estado catarinense aparecem na fala dos entrevistados no município de Estrela, e se referem às estratégias utilizadas pelos policiais e pelos delatores (os “deutscher fresser”) para espionar os “alemães”. Segundo os entrevistados, eles ficavam escondidos atrás de muros e matagais à espreita de uma ocasião: “Eles se preparavam, ficavam de tocaia”, diz Noll (2010). Os cuidados com estes espões eram grandes, por isso cabia aos “alemães” ficarem atentos – “Então a frase era: ‘está vindo um deutscher fresser’[...] ó, da kommt ein deutscher Fresser”, afirma dona Schnorr (2010).

Outra constatação feita por Fiori e que também é observada em Estrela refere-se justamente à articulação entre poder central e local. No caso catarinense, Fiori justifica esta situação pelo caráter oligárquico ligado ao poder dos “coronéis”. A autora coloca esta questão como sendo um diferencial da região sul do Brasil, devido à grande autonomia adquirida pelos policiais durante o Estado Novo. Citando a valorização da figura do inspetor, um agente a mais para vigiar os imigrantes, Fiori afirma que esta rede “Tratava-se, de fato, [de] uma

verdadeira pirâmide de poder em cuja base, em contato direto com os que devia inspecionar, estava o inspetor” (FIORI, 2005, p. 111).

No caso de Estrela, não encontramos nas narrativas a palavra inspetor, mas sim a palavra “fiscal”, ou então a menção à expressão “deutscher Fresser”, que seriam civis ajudantes da polícia, ou até civis que ganhavam dinheiro com delações. Quando perguntados sobre o porquê dessa participação dos civis, os relatos de cinco entrevistados se referem aos “lusos” como delatores em função da inveja que estes tinham da prosperidade que os “alemães” vinham obtendo na agricultura: “Era, como eu posso te dizer, ciúmes, inveja. Os alemães estavam indo muito bem e eles, pra trás, né” (NOLL, 2010).

Era uma gente lusa que tinha muita raiva dos alemães, muita inveja. Então naturalmente aquela inveja deles desde o começo [quando os alemães chegaram ao Brasil] persistiu, porque os alemães vinham aqui, faziam agricultura e prosperavam, tinham casa bonita e tudo [...] e os outros queriam sombra e água fresca. Tinha gente que não era autoridade nem nada, mas iam denunciar. Nas estradas, se alguém dizia ‘guten morgen’, ao invés de bom dia, já chegava. Não precisava nem de testemunha, ia lá, denunciava e eram presos (BOHN, 2010).

Graças aos estrangeiros que vieram pra cá que o nosso Brasil é fantástico, né. Apesar de tanta pilantragem e tudo, mas graças aos imigrantes que vieram de fora. Mas é o poder. Tem uma frase de Abraham Lincoln: ‘se queres conhecer o homem, dê-lhe o poder’, é uma coisa assim (HART, 2010).

A lembrança do cuidado que se deveria ter com a fala em língua alemã também é referida quando os entrevistados falam dos bailes de Kerb`s, os bailes germânicos, e das missas e cultos que, segundo comunicado oficial em 1939, as prédicas religiosas deveriam ser realizadas somente no idioma nacional. Tal determinação, segundo os entrevistados, trouxe dificuldades para aqueles que ainda não tinham aprendido a falar em português, principalmente os mais idosos, como é possível verificar na fala de Noschang (2010):

[...] E as pessoas idosas não sabiam falar português. E ali então também na Igreja, não se podia mais fazer sermão em alemão, tinha que ser em português. Já antes se falavam duas línguas, sermão em português e depois alemão. Daí por diante só português e as pessoas não entendiam mais nada, de modo que a própria catequese, evangelização, ficou muito prejudicada [...] porque as pessoas não entendiam o português, né.

Bohn (2010) traz consigo a lembrança da fiscalização das igrejas, que era contada na roda de amigos do professor Eidt, onde trabalhava como cozinheiro: “Em Arroio do Meio na

igreja eles entravam nos domingos pra ver quem tinha livro de reza em alemão e conforme a conversa lá [na casa do Eidt], ainda levavam junto [prendiam], se alguém protestava”.

O patriotismo, que tomava conta inclusive nas igrejas, é recordado por Birck (2010): “Cantávamos em alemão na Igreja. Depois foi mudado e a Igreja foi obrigada a botar a bandeira brasileira de um lado do altar e a outra do estado, algo assim. Mas tinha que ter, era obrigado a ter uma bandeira do Brasil, lá no altar”.

As memórias dos tradicionais bailes de Kerb`s, em Estrela e nos municípios vizinhos, são bastante curiosas. Sete dos onze entrevistados contam histórias que ficaram sabendo sobre prisões em bailes. Os depoentes afirmam que, como as bandinhas tocavam músicas alemãs, a estratégia dos músicos era apenas tocar a base instrumental da música. Vejamos alguns casos contados nos relatos: “Os músicos eram espertos, pra que vão fazer confusão, era só bandinha. Banda não cantando não tem problema. [...] Mas não foi tão duro, terminou a guerra, terminou tudo” (HART, 2010).

Os rapazes iam com as gurias para casa e se escondia nas canas um policial, do lado da estrada. Quando eles passavam lá e ‘papapa’ em alemão, prendiam e o rapaz ali vinha de a pé até a cadeia. Dormia ali. [risos] No outro dia arrancava um dia de inço aí nas ruas, pagava o serviço, mas feito pela delegacia e não pela prefeitura (BIRCK, 2010).

Nesta fala de Birck (2010), podemos observar a maneira de atuação policial que discutimos anteriormente. Ela se dava às escondidas, de modo que os policiais se camuflavam próximo aos locais onde aconteciam os bailes para flagrar a utilização do idioma alemão em momentos propícios para isso: quando os imigrantes e descendentes estavam bêbados e sem controle do que e como falavam. Talvez seja possível deferir daí que os policiais “procuravam” momentos ideais para sua ação. Na fala a seguir, de Bohn, observamos que havia ocasiões em que a polícia acompanhava os “alemães” no próprio baile, fazendo com que a sensação de vigilância ocorresse inclusive nos momentos de divertimento:

[...] lá em Corvo só tinha um brigadiano, ele ia pros bailes também pra ver se ninguém falava alemão e [...] E esse alemão ficou muito faceiro no baile e umas que outras [bebidas] começou a cantar em alemão, ele tava um pouquinho ‘floriado’, né e começou a cantar em alemão. E o brigadiano foi lá e eles tinham uma espadinha curta e falou: ‘para de cantar em alemão’ e ele não parou, aí [o brigadiano] bateu no rosto dele, aí ele [o alemão] disse em português bravo: ‘bate aqui também’ [no outro lado do rosto]. Mas ficou preso ali até que terminasse o baile pra poder voltar com o caminhão. Eu não estava no baile porque era criança ainda, mas contaram essa história (pausa) [...]. Na volta pra casa do baile, ele [o alemão] não pode nem voltar pra casa

dele, o caminhão passou na frente da casa dele, foi levado para Porto Alegre. Levavam para Porto Alegre os mais suspeitos [...] (BOHN, 2010).

Entrando no tema das alterações ocorridas no ambiente escolar, a maioria dos entrevistados mais jovens lembra que a proibição do idioma alemão ocorreu de modo abrupto, mas o que mais chama atenção nos relatos são as falas sobre a hora cívica, que se tornou obrigatória nas escolas. Faço a observação aqui de que os entrevistados passavam pela fase de transição do ensino nos dois idiomas (alemão e português), para as aulas apenas em português. Essa situação está presente, por exemplo, na fala de Birck (2010) e Bohn (2010), respectivamente:

Nos dois primeiros anos eu ainda escrevia em alemão, depois vieram as guerras e coisas e aí começaram a proibir. Aí cada um ganhou um livro em tradução, alemão para o português. E eu já escrevia em alemão tudo, e então foi uma coisa pesada. Foi de uma semana pra outra. O delegado daqui era muito rígido na época [...]. Foi uma transição meio rápida. A gente não sabia nada e não podia nem falar em alemão.

Dona Birck (2010) recorda ainda da programação escolar acerca da hora cívica:

Na escola da Delfina também tinha hora cívica. Cantar o hino (pausa). Tinha uma hora de hora cívica por semana. Se iniciava com o hino e depois o professor explicava as coisas. Sobre o Brasil? Sim, a hora cívica era só sobre isso, o patriotismo. Iniciava com o hino nacional e o hino da bandeira [...] isso a gente sabia na ponta da língua.

Quando perguntados se tinham algo contra a hora cívica, todos os entrevistados expressavam que não, como podemos observar na fala de Bohn (2010): “Não, o patriotismo funcionava bem, a hora cívica era toda em português: o hino nacional, o hino à bandeira, o hino da independência [...] ‘já podeis da Pátria filhos’ [...] aí nós não tínhamos nada contra”.

Um caso de intervenção de uma fiscal da Secretaria da Educação foi relatado por Noschang (2010) que conta a situação da seguinte forma:

E lembro então que veio uma fiscal da Secretaria da Educação para ver se ainda tinha livros alemães no colégio. O professor já tinha advertido: ‘não tragam nenhum livro em alemão’. E o professor também nos comunicou: ‘daqui pra frente não se pode dizer mais nenhuma palavra em alemão, né, e no recreio, não falem nenhuma palavra em alemão. Quem falar, me avisem, que eu vou dar um castigo pra não esquecer’. E o primeiro e o único que falou uma palavra em alemão foi o Souza [...] (risos) o Lauro, nosso colega. Nós estávamos em redor de um poço, aí ele disse o seguinte: “olha um

‘frosch’ [sapo, em alemão] (risos), pronto, então ele não pôde ir pro recreio no dia seguinte, né.

Bohn (2010) ainda demonstra o perigo em que se encontrava quando viu o professor (em cuja casa trabalhava) ser preso: “Não me levou preso [o policial] porque eu era menor, se não naquele dia eu também ia junto. [...] De repente podiam ter me levado, porque na ditadura vale tudo né”.

Quando acham graça de determinadas situações, como é o caso do relato do padre Noschang (2010) ao falar sobre o colega da escola que foi punido por falar em alemão, ou quando Birck (2010) e Bohn (2010) contam as histórias de prisões nos bailes, podemos observar a questão dos “muitos tempos da memória”. O distanciamento entre o acontecido e a narração do fato possibilita que, neste último momento, os entrevistados deem risadas do que contam, algo que provavelmente era visto com temor durante o tempo do acontecido.

Ao se referir aos “lusos” como invejosos dos “alemães”, vemos que uma representação do alemão como trabalhador e agente do progresso da cidade é um fenômeno construído coletivamente entre os entrevistados. Esta também é uma maneira de observamos a questão de como a memória traz aspectos da identidade de um grupo, pois essa representação do alemão é a maneira como os depoentes se imaginavam na época a partir de uma perspectiva do tempo presente.

Eixo B: A fala e o silêncio dos entrevistados e o sentimento deixado pela Campanha de Nacionalização

Uma interessante observação que tenho constatado nas narrativas é a de que a maioria das mulheres pouco fala sobre acontecimentos exteriores ao seu ambiente familiar. Das cinco entrevistadas, dona Gherta (MÜLLER, 2010) e dona Hertha (BIRCK, 2010), se mostraram mais desinibidas para conversar sobre o tema da Campanha de Nacionalização. Uma das primeiras frases que ouvi de Sonha (BALENSIFER, 2010) quando a contatei foi que ela não sabia falar sobre assuntos de política e, quando da entrevista, suas lembranças perpassavam toda a sua trajetória de vida e pouco se reportavam à CN. Nesse sentido, uma das situações ao lidar com a memória é, segundo Pollak (1992), o caso dos “vestígios datados na memória”, que são aquelas datas fixadas precisamente nas lembranças das pessoas. Citando entrevistas feitas com donas de casa da Normandia sobre a guerra, Pollak (1992) verificou que os relatos trazem uma lembrança bastante precisa da vida familiar, mas não

ocorrem da mesma forma quando relacionados a datas públicas, da vida política. Considero, então, que o fato de Ruschel (2010), Balensifer (2010) e Schnorr (2010) serem mulheres já casadas, donas de casa e que não frequentavam mais a escola durante o período da CN tenha relação com a fala e também com o silêncio delas. Müller (2010), que era estudante e Birck (2010), que além de estudar trabalhava na casa de uma família em troca de uma moradia que ficasse mais próxima do centro da cidade, conviviam com pessoas diferentes de seu grupo familiar e, por esse motivo, se envolviam com situações exteriores ao seu grupo familiar. Halbwachs afirma que “[...] as lembranças da infância só são conservadas pela memória coletiva porque no espírito da criança estavam presentes a família e a escola” (HALBWACHS, 2006, p.93).

Os entrevistados do sexo masculino traziam muitas e longas histórias acontecidas com pessoas de sua família, conhecidas ou que ouviram falar. Segundo Pollak (1992), além dos acontecimentos, a memória também é constituída por pessoas, personagens, e por lugares, que igualmente podem ser lembranças vivenciadas ou vividas por tabela. Neste último caso, pode tratar-se de transferências, de projeções que se remetem a outros eventos vividos pela pessoa, e não aquele que a pessoa relaciona em sua memória. Além de frequentar a escola, muitos dos homens entrevistados tinham um círculo social que ia além da família e da sala de aula: Hart (2010) se reunia com amigos para ouvir rádio escondido; Noll (2010) se deparava com várias pessoas em seu trabalho com o pai na fábrica de café; o pai de Noschang (2010) tinha um hotel; e Bohn (2010) era cozinheiro na casa de um professor que costumava reunir amigos para discutir os mais diversos assuntos.

Quando perguntados sobre os sentimentos deixados pela CN, houve entrevistados que, apesar de reconhecer as situações de risco que corriam os imigrantes e seus descendentes, diziam não sentir efeitos diretos em suas vidas, como observamos nos trechos a seguir: “Eu sei que foi triste para os alemães, né [...]” (BALENSIFER, 2010). E, “[...] os homens lembram bastante [...] é que os homens, como eles ficavam nas cidades, viam mais [...]” (SCHNORR, 2010).

Eu não me impressionei muito, eu era guri naquele tempo mesmo, eu queria aprender a falar português, então [...]” e “A coisa bem pra mim não foi terrível, eu não senti, mas as pessoas idosas sofreram muito [...] Só que a gente ficava com certa raiva dos Estados Unidos porque arrastaram o Brasil pra guerra, né. Então, desde lá, os ingleses pior ainda, porque exploravam o Brasil [...]” (NOSCHANG, 2010).

Houve, no entanto, aqueles que demonstravam raiva e ódio, principalmente quando presenciaram alguma situação de perseguição ou passaram por situações repressivas em suas famílias, caso este de Hart (2010), que continua manifestando o ódio que ele e sua família sentem do “deutscher fresser” que queimou o diário de seu avô. Bohn (2010), que presenciou a prisão do professor em cuja casa trabalhava, afirmou: “A gente não podia protestar, não era democracia. Não existia greve, nem nada. Sabe como é a ditadura, tem que baixar a cabeça se não apanha, vai pra cadeia e não pode nem protestar. Ditadura é assim né, o chefe é um né” [...].

O ressentimento à época da Campanha de Nacionalização é expresso pela mágoa que Noll (2010) diz sentir. O senhor Müller (2010) fala do sofrimento que os teuto-brasileiros passaram juntos, e que a situação porque passavam era bastante constrangedora. Uma vontade de nem se lembrar de tudo que aconteceu aparece no relato de Birck (2010):

Infelizmente aconteceram muitas coisas que a gente fez assim de esquecer [...] e já não se lembra mais. A gente mesmo passou pro esquecimento já para não lembrar mais daquelas partes negras que passaram. [O que ocorreu] não era do querer da gente [...] estávamos loucos pra ver a página virar.

Como a identidade social está ligada a uma imagem de si também para os outros, conforme Pollak (1992), podemos ter uma ideia nos relatos de como os descendentes de alemães se sentiam enquanto grupo no momento da CN, quando a política nacional colocava o alemão, o italiano e o japonês como “o outro”; como o não assimilado.

“Ver a página virar” e se esquecer das partes negativas do passado, como podemos ver na fala do senhor Birck (2010), eram sentimentos que demonstram como aquele passado em que a imposição de uma identidade nacional, que entrou em choque com uma identidade étnica teuto-brasileira, há tempos em elaboração, não fazia sentido para o grupo de descendentes de imigrantes alemães entrevistados em Estrela. Através das entrevistas, pude perceber que a introdução de símbolos nacionais e do idioma português nas escolas e missas, por exemplo, não foram rejeitadas pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes. Ao contrário disso, podemos ver nos depoimentos que não há manifestações em oposição ao que vinha sendo incorporado à sociedade, mas sim à maneira como isso era imposto. As mudanças que o Estado Novo implantou ocorreram de forma abrupta e não deram margem para uma adaptação que ocorreria, mais cedo ou mais tarde, de maneira natural por aqueles que eram considerados “não assimilados” pelo regime. Termina esta parte do artigo com uma

pequena história contada às crianças pelo padre Noschang (2010), que atualmente é padre no município de Estrela:

[...] hoje, as crianças e jovens não sabem, eles têm vergonha de falar alemão. Então quando eles são muito assim, quando percebem que são superiores, eu conto a história da gata que foi comer queijinho com seus gatinhos na cozinha e advertiu: ‘cuidado com o cachorro, ele é safado’. Quando muito bem estavam comendo o queijo, o cachorro meteu a cabeça dentro da cozinha, a gata viu e mais que depressa fez assim: ‘au, au, au’ [...], e o cachorro estranhou isso, deu meia volta. Aí ela disse pros seus filhinhos: ‘eu sempre digo, é bom conhecer dois idiomas’.

Esta fala do Padre Noschang não deixa de ser uma lição aprendida em sua própria vivência durante o Estado Novo.

Considerações finais

Lidar com o diferente, a alteridade, é uma questão que permeou e permeia a história das nações e grupos sociais que buscam uma identificação. O relacionamento com o outro é um tema discutido em todas as sociedades. Atualmente são diversos os movimentos requisitando direitos por múltiplas identidades, os homossexuais são um exemplo desta luta por reconhecimento. A identificação com diversas tribos e grupos demonstra uma mudança no contexto histórico. Como afirma Bauman, os Estados não têm, de maneira geral, reivindicado o status de indivisível: “Tendo transferido a maior parte de suas tarefas intensivas em mão de obra e capital aos mercados globais, os Estados têm muito menos necessidade de suprimentos de fervor patriótico” (BAUMAN, 2005, p. 34). Certamente que não podemos deixar de observar os movimentos xenofóbicos que persistem, como é o caso da França, famosa por manter medidas anti-imigração.

A criação de uma Campanha de Nacionalização no Brasil é apenas um dos episódios que marcam a contraposição entre “nós” e “eles” num país onde racismo e preconceito são os vestígios mais evidentes de um processo histórico ligado a diferenciação. No caso dos imigrantes alemães e seus descendentes no Estado Novo, as narrativas demonstram que não havia uma contraposição destes com o hino, a bandeira e o idioma brasileiro, mas sim com a forma como isso foi realizado: via imposição direta. No caso sul-rio-grandense, as ações nacionalizantes se desvelaram de maneira inesperada, abrupta, como relatam os próprios entrevistados. Neste sentido, o testemunho é uma evidência importante de quem vivenciou,

experenciou um marcante episódio que pôs em xeque questões ligadas a identidade nacional em nossa história.

Referências das entrevistas:

BALENSIFER, Sonha Emília. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BIRCK, Hertha Regina. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BIRCK, Silvino. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BOHN, Antônio Victório. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

HART, Eli Esaias. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

MÜLLER, Gherta Agnischock. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

MÜLLER, Pedro Waldemiro. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

NOLL, Eugênio. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

NOSCHANG, Álvaro R. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

RUSCHEL, Serenita. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

SCHNORR, Helga Maria. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

Referências bibliográficas

AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. *Estudo e Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001, p. 49-91.

ARAÚJO, M. P. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. In.: *Revista História Oral*, v. 15, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 11-31.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FIORI, Neide Almeida. A nacionalização do ensino em Santa Catarina: tempos de guerra e de controle político-cultural. In.: *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, 2005. p.105-120.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. Identidade Nacional e etnias no Brasil durante as duas Guerras mundiais. In.: *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Silva, G. V., Nader, M. B., Franco, S. P., org. Vitória: EDUFES: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2006. p.63-88.

GUIBERNAU, Maria Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HESSEL, Lothar F. *O município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Martins Livreiro, 1983.

KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In.: *Fronteiras. Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, 2005. p.65-89.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RENK, Valquíria E.. A nacionalização do ensino no Paraná. In.: Fronteiras. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, 2005. p. 91-104.

ROMERO, S. *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906.

SEYFERTH, Giralda. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: Mauch Cláudia; Vasconcellos, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p. 11-28.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, Brasil, 2008, p. 1-20.

WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado novo em Ijuí. In: Mauch Cláudia; Vasconcellos, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p.105-119.